

## A INTERPRETAÇÃO DA CULTURA NA GEOGRAFIA: ORIGEM, IDENTIDADES E CÓDIGOS CULTURAIS

**Leticia Figueiredo Sartorio**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
Instituto de Geociências, Porto Alegre, RS, Brasil  
[leticia.sartorio98@gmail.com](mailto:leticia.sartorio98@gmail.com)

**Juliana Cristina Franz**

Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, RS, Brasil  
[julianafranz@gmail.com](mailto:julianafranz@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo visa realizar uma discussão e aprofundamento teórico referente a articulação dos conceitos de cultura, identidade e códigos culturais com enfoque na relação com o espaço geográfico. Ademais, apresentam-se questões referentes a origem da palavra cultura e sobre o impacto da globalização nas culturas e identidades. Para tal foi realizada uma revisão bibliográfica e discussão dos conceitos, acompanhada de reflexões teóricas. As discussões apontaram as relações e conexões entre cultura, códigos culturais e identidades, além de se observar a conexão desse tripé com o espaço geográfico, seja na materialização dos códigos culturais no espaço, produção das paisagens culturais, seja na construção de identidades territoriais associadas a apropriação do espaço. A globalização no mundo pós-moderno alterou os referenciais espaço-temporais, afetando as identidades culturais. Nesse sentido, nota-se a importância do espaço geográfico para a cultura e a sua manutenção, sendo que ela se expressa por meio do filtro da paisagem. A materialização dos códigos acarreta o reconhecimento de um grupo social e a produção da sua identidade, relacionada ao espaço por intermédio do território. Assim, a cultura influencia o espaço e o espaço influencia a cultura, em um círculo de construção e diferenciação de espaços e culturas.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico. Paisagem. Território. Globalização.

### THE INTERPRETATION OF CULTURE IN GEOGRAPHY: ORIGIN, IDENTITIES AND CULTURAL CODES

#### ABSTRACT

This article aims to carry out a discussion and theoretical deepening regarding the articulation of the concepts of culture, identity and cultural codes with a focus on the relationship with the geographic space. Furthermore, questions are presented regarding the origin of the word culture and the impact of globalization on cultures and identities. To this end, a bibliographic review and discussion of the concepts were carried out, accompanied by theoretical reflections. The discussions pointed out the relationships and connections between culture, cultural codes and identities, in addition to observing the connection of this tripod with the geographic space, whether in the materialization of cultural codes in space, production of cultural landscapes, or in the construction of territorial identities associated with appropriation of space. Globalization in the postmodern world has altered spatio-temporal references, affecting cultural identities. In this sense, the importance of geographic space for culture and its maintenance is noted, and it is expressed through the landscape filter. The materialization of codes entails the recognition of a social group and the production of its identity, related to space through the territory. Thus, culture influences space and space influences culture, in a circle of construction and differentiation of spaces and cultures.

**Keywords:** Geographic Space. Landscape. Territory. Globalization.

### INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que possui como objeto de estudo o espaço geográfico. Segundo Suertegaray (2005) o conceito de espaço geográfico exprime a articulação entre a natureza e a sociedade, podendo ser analisado através das categorias operacionais que permitem observar o espaço geográfico por diferentes perspectivas. A expansão dos estudos de cunho cultural dentro da

Geografia pode ser considerada recente, principalmente no campo geográfico brasileiro. Entretanto, a investigação da cultura já fazia parte dos estudos nas principais escolas do pensamento geográfico e se desenvolveu conjuntamente a elas.

Nessa perspectiva histórica, averigua-se que na escola geográfica alemã a cultura é considerada como um conjunto de utensílios e técnicas que permitem que o homem se aproprie da natureza, com um enfoque nos materiais e na marca da cultura na paisagem, Friedrich Ratzel destaca-se como importante pensador dessa escola. Enquanto na escola francesa a cultura também é analisada por meio dos materiais, mas é adicionada a perspectiva do gênero de vida — valores, hábitos e saberes — tendo evidência nessa escola, Paul Vidal de La Blache. E por fim, destaca-se a escola anglo-saxônica, que tem como seu maior expoente Carl Sauer, para a qual a cultura também é entendida como o conjunto de utensílios e técnicas, porém, essa escola adiciona os impactos da cultura na paisagem e valoriza as sociedades e saberes tradicionais (CLAVAL, 2007).

O que se averigua historicamente, é que a Geografia Cultural nos meados do século XX entrou em “crise” em relação ao seu objeto de estudo, por conta da uniformização do material da cultura causado pela mecanização e modernização das técnicas. A superação dessa “crise” ocorreu no advento da denominada Nova Geografia Cultural e na aproximação com a Geografia Humanista. Assim, as representações, o mundo vivido, os significados e as percepções (fenomenologia) adentram o campo da Geografia Cultural (CLAVAL, 2007; ALMEIDA, 2018). Dessa forma, adicionam-se os aspectos imateriais que também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço (BRUM NETO e BEZZI, 2008).

Cabe ressaltar que a Geografia Humanista é calcada em filosofias de significado (fenomenologia e existencialismo) e possui como foco o mundo vivido, por isso, baseia-se na subjetividade, nos sentimentos, nas experiências e no simbolismo. Nesse campo os conceitos de espaço, paisagem e lugar são fundamentais, no qual, o espaço é entendido como espaço vivido, experienciado pelas pessoas. Assim como, o conceito de lugar é essencial, pois é o centro dos significados e exprime a relação com o mundo, ou seja, é a dimensão da existência. Desse modo, o mundo vivido conecta-se com as dimensões do natural, social e cultural e está associado a sentimentos resultantes das experiências (HOLZER, 2003; SUERTEGARAY, 2005; CORRÊA, 2011). Portanto, o mundo vivido é o lugar vivido, é o espaço experimentado. O que significa que é uma parte do mundo que exprime como somos e como vivemos. Cada ser produz uma relação única com os lugares e os percebe unicamente. Consequentemente, um mesmo lugar terá diversos sentidos e significados que variam da relação individual e coletiva (NOGUEIRA, 2013). A cultura na materialização de seus códigos culturais e na produção da identidade também está associada a uma dimensão subjetiva, que se refere às experiências, ao espaço vivido pelos indivíduos que compõem o grupo social, pois, são construções materiais e imateriais carregadas de simbolismo e significado. Nessa perspectiva, a cultura para surgir e se manter, precisa ser vivida, experienciada e compartilhada.

Diante do exposto, a partir dos estudos da Geografia Cultural pode-se observar o espaço geográfico por meio das categorias lugar, território, paisagem etc. para entender como as ações humanas orientadas pela cultura organizam esse espaço, e para isso estudam as representações e decifram os códigos culturais. Tais códigos culturais, sejam eles materiais (objetivos) ou imateriais (subjetivos), atuam e orientam a materialização da cultura na paisagem e é por meio desses códigos articulados que se originam as identidades culturais que geram o sentimento de pertencimento a um grupo social. A diversidade de grupos sociais auxilia na explicação das diferentes paisagens em distintas escalas (BRUM NETO e BEZZI, 2008). A partir do exposto salienta-se a importância de estudos culturais na Geografia, para compreender as diferentes apropriações/organizações do espaço.

Como mencionado, é no espaço geográfico que a cultura se materializa e que as identidades se formam, portanto, torna-se imprescindível em alguns casos considerar a dimensão espacial na análise da cultura e de suas expressões. A partir desse entendimento, a variável territorial assume um papel poderoso na identificação de um grupo, pois carrega significados que esse grupo reconhece (HAESBAERT, 2013). Deve-se atentar também que o processo de identificação de um grupo está ligado a materialização dos seus códigos culturais — materiais ou imateriais — no espaço, o que produz as paisagens culturais, que exprimem a presença do grupo social (CAETANO e BEZZI, 2011).

A observação do espaço geográfico por intermédio dos conceitos de território e de paisagem permitem vislumbrar a ocupação e apropriação do espaço por um grupo social, que irá se identificar e materializar seus códigos culturais, deixando a sua “marca” no espaço. Por isto, reafirma-se a necessidade de reflexão sobre a relação entre a cultura e o espaço geográfico.

A metodologia deste trabalho consistiu na revisão bibliográfica desses conceitos acompanhada de reflexões teóricas que articulam a Geografia com as demais ciências sociais. Desse modo, este texto possui como objetivo realizar uma discussão e aprofundamento teórico referente a articulação dos conceitos de cultura, identidade e códigos culturais, enfocando na relação estabelecida com o espaço geográfico. Para isso, este artigo apresenta, num primeiro momento, a evolução da palavra cultura e como esta é absorvida conceitualmente pelos estudos geográficos. Posteriormente, apresenta a compreensão da construção das identidades culturais e a materialização da cultura no espaço, por intermédio dos códigos culturais. Também foram abordadas reflexões pertinentes referentes ao processo de globalização e seus impactos na cultura no contexto atual.

### **CULTURA: ORIGEM DE DIVERSOS CAMINHOS ATÉ O ENTENDIMENTO CONCEITUAL ATUAL**

A cultura é complexa e engloba crenças e valores de uma comunidade que a produz e a mantém, por meio da transmissão entre gerações, podendo ser algo individual – percepção única – e coletivo – padrão da comunidade. A cultura orienta as ações de uma comunidade e suas relações com o espaço, o que torna os lugares singulares, pois são moldados por culturas distintas (BRUM NETO e BEZZI, 2008).

A palavra cultura tem sua origem na França (século XIII), e concomitantemente sua antítese na Alemanha (CUCHE, 2002). Tal evolução salienta a disputa geopolítica entre os dois países, mas também embates no campo do pensamento geográfico que se evidenciam posteriormente com o Possibilismo Francês e o Determinismo Alemão. Porém, essas duas distintas concepções de cultura foram utilizadas para definir o conceito no campo das Ciências Sociais (FRANZ, 2020).

No século XIII a palavra cultura era entendida na França como uma parcela de terra cultivada e no século XVI como a ação de cultivar. Em 1700 a palavra cultura já estava inserida no vocabulário francês. No século XVIII a cultura adentra no vocabulário Iluminista como a soma de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade. Desta forma, a cultura é própria do Homem e o progresso da humanidade se dá por meio da instrução. Por essa lógica, a cultura se aproxima do termo civilização, indicando progressos coletivos. Na perspectiva francesa acredita-se que todos os povos podem atingir a civilização e que os povos já civilizados têm como dever ajudar os “selvagens” a se tornarem civilizados, “justificando” as práticas colonialistas e expansionistas por esse pensamento. Neste entendimento, a civilização é a unidade do gênero humano (CUCHE, 2002).

Cuche (2002) apresenta que é no século XVIII que a palavra *Kultur* aparece na Alemanha, porém a sua utilização pela burguesia intelectual alemã se opõe a aristocracia e distancia-se da evolução francesa da palavra. Desta forma, na Alemanha a cultura tem significação distinta, representa a profundidade, a autenticidade e o intelectual e se opõe ao entendimento de civilização, que representa a superficialidade, a leviandade e a aparência brilhante (CUCHE, 2002).

O entendimento da noção alemã de cultura enfoca na delimitação e consolidação das diferenças nacionais, uma noção particular e diversa, contra a noção universalista e civilizatória francesa. Este posicionamento pode ser relacionado com a situação fragmentada do território alemão no século XIX (BRUM NETO, 2007), que busca a unificação do Estado nacional, ao contrário da França que possui a sua unidade nacional já consolidada. Tal divergência na evolução conceitual de cultura também pode ser associada a um sentimento de inferioridade do povo alemão e a mecanismos psicológicos de valorização das riquezas culturais, que configura como marca distintiva do país. Então, a evolução da cultura na Alemanha se relaciona com o nacionalismo, algumas vezes invocando a superioridade alemã (CUCHE, 2002).

A evolução da palavra cultura na Alemanha evidencia a associação do conceito com a construção de identidades culturais, que surge pelo reconhecimento de semelhanças e pela diferença entre grupos sociais. O país procura um aspecto central que conecte a sua diversidade interna e que consolide a identidade nacional (BRUM NETO e BEZZI, 2008; HAESBAERT, 2013). Portanto, há um embate entre cultura (diversidade) e civilização (unidade), que refletem também em conflitos entre as nações. Essa diferença entre cultura e civilização também impactará os caminhos trilhados por pesquisadores alemães e franceses na etnologia e na construção do conceito de cultura.

A etnologia surge para entender a diversidade humana, e seus fundadores partem da unidade do Homem – herdada do Iluminismo – e buscam pensar a diversidade na unidade. Assim, essa ciência se divide em dois caminhos: 1) o que valoriza a unidade; 2) o que valoriza a diversidade. O conceito de cultura terá um papel importante nesse cenário e, para os fundadores da etnologia ela será de caráter apenas descritivo (CUCHE, 2002).

O primeiro conceito etnológico científico de cultura é produzido pelo britânico Edward Tylor e ele a define como um conjunto de conhecimentos, crenças, hábitos e costumes adquiridos pelo Homem enquanto parte de uma sociedade. Se verifica o caráter descritivo do conceito, mas também é apontada a dimensão coletiva da cultura e a sua aquisição, não havendo conexão com a hereditariedade do Homem (CUCHE, 2002).

Franz Boas é o primeiro pesquisador a realizar pesquisas em sítio, fundando a etnografia. Esse pesquisador compreende cada cultura como única, havendo influência da visão particularista da cultura alemã. Uma contribuição importante de Boas se refere a metodologia da pesquisa etnológica, pois, aponta a necessidade de aprender a língua do povo observado e a atenção às conversas espontâneas, ao invés das entrevistas formais. Além disso, ele se coloca contra a comparação entre culturas, utilizando o relativismo cultural, sem ordenamento entre culturas (CUCHE, 2002).

Por outro lado, na etnologia francesa – muito conectada à sociologia – há inicialmente a ausência do conceito científico de cultura (BRUM NETO, 2007), que vai se desenvolver progressivamente com o relativismo cultural. Dentre os pesquisadores franceses pode-se destacar Émile Durkheim, que aponta que os fenômenos sociais possuem dimensões culturais e apresenta a consciência coletiva. Outra contribuição francesa relevante que Cucho (2002) apresenta é a de Levy-Bruhl, que propõe uma quebra com o evolucionismo cultural linear, sendo que ele visa observar as diferenças entre os grupos.

A evolução etimológica e conceitual de cultura não é apenas científica, é também geopolítica. As distintas posições adotadas pela França e pela Alemanha produziram dois ramos: a diversidade e a unidade. A escolha pela unidade, a civilização, atrasou a inserção do termo cultura nos estudos franceses, o que permitiu uma maior preponderância de uma visão diversa na cultura. Atualmente, a cultura valoriza a diversidade e o particular, sendo a diferenciação essencial para a manutenção de um grupo social e de sua identidade. Dessa forma, considera-se que cada cultura possui características únicas, não sendo possível apresentar um mesmo caminho para ser trilhado por diferentes grupos – para atingir a “civilização”. Nesse sentido, a visão civilizatória francesa não prospera, pois está na contramão do cerne da cultura, que é o particular e o diverso.

Trazendo a discussão para uma perspectiva distinta, verifica-se que a Geografia Humana contemporânea apresentou novos caminhos para o campo da Geografia Cultural, como a abertura de espaço dentro da Geografia Social para a produção de estudos de cunho cultural que não se limitam apenas ao conceito de paisagem. Essa influência deriva dos estudos culturais de Raymond Williams e John Berge. Entretanto, o grande expoente que motiva esses novos estudos, é Stuart Hall e o seu grupo de pesquisa que desenvolveram estudos abordando temas como agressão física, feminismo, racismo, dentre outros tópicos relacionados. A utilização desses temas nos trabalhos reflete as diversas formas de resistência produzidas por grupos sociais subordinados que visam contestar a hegemonia dos grupos que possuem o poder. Desse modo, as escolhas elitistas e antiquadas dos estudos culturais tradicionais são rejeitadas, e novas áreas são exploradas, como as subculturas populares por meio da interpretação de seus significados. Desse modo, as pesquisas de Hall e seu grupo destacam as implicações políticas dos estudos culturais (COSGROVE e JACKSON, 2011). Por fim, a reflexão desses autores permite a compreensão de que esse movimento leva a substituição da visão unitária de cultura pela pluralidade de culturas, abrindo novos temas de estudo e revitalizando a Geografia Cultural.

### **A CONEXÃO CULTURA-IDENTIDADE-CÓDIGOS PELA ÓTICA ESPACIAL**

O conceito científico de cultura de Tylor aponta para a dimensão coletiva, e a evolução da palavra cultura no contexto alemão destaca as particularidades e a necessidade do encontro da identidade nacional, enfatizando os elementos que distinguem um povo (CUCHE, 2002). Assim, percebe-se a relação entre a cultura e o processo de construção da identidade de um grupo. A identidade social (individual ou coletiva) pode ser referida a pessoas ou a objetos, na busca pelo encontro de uma relação de semelhança ou de igualdade. Evidenciando um significado ou um sentido geral, comum a um grupo (HAESBAERT, 2013). A identidade social de um indivíduo apresenta suas vinculações a um sistema social, como por exemplo, classe social, classe de idade, dentre outras, o que permite que um determinado indivíduo se localize e seja localizado em um determinado sistema social. O processo de identificação social gera a inclusão de um indivíduo a um ou mais grupos sociais e, concomitantemente pode ocasionar a sua exclusão de outros grupos (CUCHE, 2002).

A partir da compreensão de cultura “como um conjunto de aspectos materiais e imateriais, identificados através dos códigos culturais, que permeiam um determinado grupo social, que partilha

as mesmas crenças e valores” (BRUM NETO, 2007, p. 293), averigua-se a existência de uma forte conexão entre a identidade e a cultura. Nesse sentido a cultura pode ser compreendida como sendo a “essência” de um determinado grupo social, e a identidade cultural como uma forma de categorização, que representa um sentimento de pertencer, ou não, a um grupo social.

A identidade cultural é originada através da diferença em relação ao outro, que o torna único e a diferença é gerada pela própria cultura, que possui um conjunto de crenças e valores que orientam as práticas de um grupo através de símbolos que o distingue (BRUM NETO e BEZZI, 2008). Dessa forma, é importante ressaltar a existência de uma relação dialética entre a identidade e alteridade, pois, segundo Cucho (2002), identidade resulta da diferença em relação ao outro.

Na perspectiva identitária, o símbolo é um elemento que possui papel importante nas identidades, e normalmente carrega subjetividade, em que a construção da identidade social é mobilizada por poder simbólico. Os referências concretos trazem mais eficácia e concretude ao poder simbólico, ajudando na sua fixação. Na identidade socioterritorial, por exemplo, o território exerce um papel crucial na sua estruturação, no qual, o referente simbólico central é o território (HAESBAERT, 2013). Nessa perspectiva, a base espacial é essencial para a manutenção e a existência da cultura.

A cultura possui símbolos reconhecidos pelos membros de um mesmo grupo e que os diferencia de outros. Esses símbolos podem ser compreendidos como códigos culturais, que englobam convenções particulares, até a linguagem. Tais elementos organizam o espaço, e simultaneamente o distingue, pela materialização dos códigos dessa cultura (BRUM NETO e BEZZI, 2008). Dessa forma, os mesmos permitem visualizar uma cultura. No momento em que ocorre a materialização dos códigos culturais no espaço, por intermédio da técnica, há a construção da paisagem cultural, que resulta da alteração da paisagem natural pelo homem. Dessa forma, a paisagem é cultural, pois recebe a marca dos grupos sociais e as diversas paisagens exprimem a diversidade em relação a grupos sociais que apresentam características distintas (BRUM NETO, 2007; CAETANO e BEZZI, 2011).

De acordo com Santos (1997, p.68) a paisagem pode ser definida como “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Dessa maneira, a dimensão da paisagem abrange a dimensão da percepção, o que o indivíduo compreende por intermédio de seus sentidos. Como aponta Suertegaray (2005), na paisagem visualizamos a dimensão cultural e econômica, conjuntamente com os elementos naturais e os já transfigurados (natureza artificial). A paisagem não pode ser concebida como estática no tempo, mas sim como um objeto em constante transmutação, representando a marca das técnicas e do trabalho no espaço, com suas diversas adições e subtrações. Nesse sentido, é essencial diferenciar a paisagem cultural da paisagem natural, onde a primeira é a paisagem natural transformada pelo homem e a segunda seria a paisagem natural ainda intocada (SANTOS, 1997).

A partir disso, evidencia-se a interdependência entre a paisagem cultural e os códigos culturais, pois um não existe sem o outro. Isso ocorre, pois os mesmos se materializam na paisagem e representam as características de um grupo, que por meio da técnica as materializa na paisagem e a tornam cultural. Caetano e Bezzi (2011) afirmam que tal processo torna a paisagem única, que exprime os códigos culturais que a modificaram, sendo possível reconhecer nela as práticas de um grupo (BRUM NETO, 2007). Através da análise da paisagem torna-se possível apreender a cultura e a história de um povo pela expressão de valores, hábitos e crenças que o identificam. Em vista disso, Brum Neto (2007) afirma que a paisagem apresenta a cultura que a transfigurou, em que cada grupo produz paisagens conforme suas características para se identificar e serem identificados.

Retomando, os códigos culturais de um grupo cultural estão conectados a uma simbologia que possui significados, e a união desses elementos constituem uma cultura, a caracterizando e a identificando. A cultura se torna visível pela materialização dos códigos culturais no espaço, e a decodificação da cultura é realizada em fragmentos, no qual, cada um é observado individualmente (BRUM NETO e BEZZI, 2008). Dessa maneira, o estudo dos códigos culturais é muito importante, pois, é por intermédio desses que ocorre a manifestação espacial da cultura e a identificação ao reconhecer tais símbolos. Dessa maneira, cada cultura detém um determinado sistema simbólico de representação que não é estático (CAETANO e BEZZI, 2011; FRANZ, 2020).

Por meio desses aspectos, compreende-se que os códigos culturais contribuem na transmissão da cultura, e esses elementos – materiais (permite visualização) ou imateriais (dimensão da percepção) – podem estar presentes nas paisagens, por intermédio do vestuário, da arte, da música, da gastronomia, da religiosidade, das festividades, dos valores, das ideologias, dentre outras

possibilidades de classificação. Um exemplo é a comunicação oral e escrita que são importantes códigos culturais, pois a linguagem por si só é um produto cultural, e é por intermédio da linguagem que se torna possível descrever os códigos culturais e assim explicar como é a cultura (BRUM NETO e BEZZI, 2008). Além disso, a linguagem permite dar continuidade a cultura no decorrer do tempo e também pode ser considerada como um elemento cultural imaterial e material, pois pode se materializar na escrita ou ser invisível por meio da fala oral (CAETANO e BEZZI, 2011).

Os códigos imateriais assumem um papel de guia da cultura sendo responsáveis por conduzir as ações sociais de um grupo. Os mesmos podem ser classificados em três elementos principais: valores, ideologias e convenções (BRUM NETO, 2007) que, conforme Caetano e Bezzi (2011):

Os valores se referem às convicções íntimas e princípios abstratos de conduta, geralmente influenciados pela religião e pela metafísica. As convenções são enraizadas no cerne cultural de um povo, direcionando questões referentes à honra, autoridade e responsabilidade. As ideologias, por sua vez, são estruturas leigas, sem vinculação religiosa e baseada na razão que norteiam a história e o ordenamento social de um grupo cultural (CAETANO e BEZZI, 2011, p.464).

A partir do exposto, destaca-se a importância de se analisar os códigos imateriais conjuntamente com os materiais, pois os primeiros também contribuem na construção de paisagens culturais, visto que os mesmos norteiam as ações e a conduta dos indivíduos que pertencem a uma cultura, desse modo conduzem a produção do visível e do material que representam um grupo (CAETANO e BEZZI, 2011). Além disso, cabe ressaltar também o importante papel que os códigos culturais possuem na construção das identidades, sendo determinantes no processo de identificação (BRUM NETO, 2007).

A organização do espaço ancorada na cultura também produz uma identidade territorial, que é uma identidade social definida por um território, em uma relação de apropriação com o espaço. Assim, o espaço geográfico é parte fundamental no processo de identificação social. Em quase todos os territórios há alguma forma de identificação e valorização simbólica do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 2013). A relação entre um grupo e o seu espaço gera vínculos e a apropriação de um espaço por um grupo social se expressa por meio das territorialidades, as mesmas estão relacionadas a forma de identificação em distintas dimensões, podendo ser cultural, política ou econômica (FRANZ, 2020).

Haesbaert (2013) expõe que a identidade é, por alguns autores, entendida como sendo somente simbólica, atuando no campo das dimensões. Na compreensão do autor, no caso da identidade territorial, há a base material que serve para a construção das identidades. Nessa mesma linha de raciocínio Duarte (2016, p.6) afirma que “a identidade é um processo particular de identificação dos grupos sociais no espaço e no território e uma busca constante por uma sensação de pertencimento”. Estando a identidade associada aos processos de âmbitos culturais e sociais que se fazem presentes na organização dos grupos sociais em consonância com seus espaços, ambos os autores apontam para a importância do espaço para a construção e consolidação da identidade de um grupo social, que leva a produção de um território.

Deve-se atentar que o processo de identificação sempre ocorre em relação a algo e com algo. Identidade implica na busca de reconhecimento frente a diferença, aquilo que nos distingue em relação ao outro, podendo ser algo simbólico e/ou material/espacial. Dessa maneira, encontrar as diferenças é crucial para a afirmação do grupo social (HAESBAERT, 2013). Segundo Cucho (2002) na identificação busca-se delimitar os limites entre grupos, marcando as “fronteiras”, nesse caso, sendo concebida como uma fronteira social, de cunho simbólico, mas que pode se materializar territorialmente.

Souza (2011, p.78) apresenta o conceito de território, sendo ele “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Tais relações de poder que formalizam o território podem ser oriundas do Estado e de grupos sociais e culturais (FRANZ, 2020). O território tradicionalmente surge como o espaço concreto ocupado por um grupo social, e nesse processo há a produção de identidades e de raízes socioculturais. Dessa forma, um determinado grupo não pode ser entendido sem o seu território, pois as suas identidades estão conectadas aos elementos desse espaço (SOUZA, 2011). Como já mencionado, a identidade é normalmente apresentada como pertencente ao campo do simbólico-imaterial, porém também necessita da base material/espacial para a sua fixação, havendo um conjunto de fixos e fluxos que configuram a identidade (DUARTE, 2016).

Nessa perspectiva, salienta-se a relação entre a identidade e a sua base territorial, estando as duas em uma relação de construção e desconstrução. Muitas identidades surgem a partir da apropriação de um território e pela transmutação da paisagem pelos códigos culturais que caracterizam determinado grupo social. A base espacial adiciona concretude a identidade social, tornando-a uma identidade territorial e não deixando-a apenas na dimensão simbólica. O território para existir necessita ser ocupado e comandado por um grupo social, e esse grupo social, em muitos casos, também não pode ser compreendido sem o seu território. O que significa dizer que, a identidade territorial precisa de sua base espacial para que os membros do grupo se reconheçam e se diferenciem em relação a outros que ocupam espaços distintos. O grupo social constrói o território e esse território é o cerne da identidade desse grupo, e no momento em que há a saída de um desses elementos perde-se tanto o território como a identidade territorial.

Na identidade territorial a dimensão histórica é importante, principalmente para a construção do imaginário social, pois uma certa parte do espaço é referência para a memória do grupo e isso gera um sentimento de pertencimento em relação a um território (HAESBAERT, 2013). Duarte (2016) aponta que as identidades efetuam referência a pessoas, objetos, limites e símbolos criados temporalmente, que geram a identificação. Nesse sentido, a identidade é formada no decorrer do tempo, e não é algo inato, por isso as identidades sempre são incompletas estando em processo de construção (HALL, 2006). Importante mencionar que a identidade é ao mesmo tempo individual e coletiva, pois, cada indivíduo de um grupo recebe a bagagem cultural de forma única, e também a vivência de forma coletiva através da interação com o grupo (BRUM NETO e BEZZI, 2008).

A identidade territorial possui uma expressão espaço-temporal, no qual se relaciona com um espaço apropriado – território produzido – e com o aspecto histórico dessa ocupação. O reconhecimento identitário dentro de um mesmo grupo pode variar devido a questões subjetivas, entretanto a possibilidade de os membros de um grupo social se localizarem tanto espacialmente (base concreta) como temporalmente, gera uma amplificação do sentimento de pertencimento e de reconhecimento. Isso também permite a identificação dos códigos culturais materializados na paisagem e a sua evolução temporal. Nesse sentido, a dimensão espaço-temporal da identidade territorial auxilia na sua consolidação e manutenção.

Retomando a discussão de Duarte (2016), o mesmo afirma que a identidade é tanto simbólica como material, e que nesse processo há os fixos (paisagens naturais e culturais) e fluxos (movimento dos seres humanos com relações e significados). A paisagem possui um aspecto perceptivo que os grupos sociais construíram historicamente e esse processo leva a formação de uma identidade territorial, relacionada a uma base espacial vivenciada. Nessa lógica de pensamento vislumbramos uma conexão cultural entre as categorias espaciais de paisagem e território, que se entrecruzam no tripé cultura-identidade-código. Desse modo, há uma inter-relação entre cultura-identidade-código, pois essa relação torna possível que um grupo social se identifique e seja identificado pelos outros, devido a materialização dos elementos singulares da sua cultura no espaço. Assim, a identidade existe em função da cultura e de seus códigos (BRUM NETO e BEZZI, 2008) e, para a reprodução de uma cultura é necessário que a mesma seja vivenciada pelo grupo e que esse esteja unido em uma base espacial.

As reflexões apresentadas enfatizam a relação entre identidade, cultura e espaço. A cultura para ser visualizada necessita que seus códigos culturais se expressem em uma porção do espaço geográfico, via materialização. No instante em que os mesmos se manifestam no espaço há a transformação da paisagem natural para a paisagem cultural. Dessa forma, para a cultura ser reconhecida e se consolidar ela precisa se conectar à categoria do espaço geográfico pelo filtro da paisagem. Além disso, para que os códigos culturais se materializem na paisagem é essencial a presença do grupo social, que se identifica e que os constrói.

Quando um grupo altera o espaço com seus códigos culturais ele também se apropria desse espaço, e há a criação de um território com significado e história, que será essencial para a construção da identidade do grupo social. Dessa maneira, a identidade se conecta ao espaço geográfico pelo filtro do território. Conclui-se que tanto a cultura como a identidade estão interconectadas com o espaço geográfico, em um processo de produção e transmutação. Finalizada a apresentação de o quanto o espaço é importante para a cultura e para a identidade, cabe o debate a respeito dos impactos da globalização – e da compressão do espaço pelo tempo – sobre os mesmos e sobre as culturas.

#### **A GLOBALIZAÇÃO DESIGUAL HOMOGENEIZA A CULTURA?**

A globalização surge fortemente no cenário mundial a partir da década de 70 do século XX, com aumento do ritmo de integração global pela melhoria das redes de comunicação e transportes, incrementando os fluxos (HALL, 2006; MOREIRA, 2010), o que impõe um quadro de constante, rápida e permanente mudança para as sociedades modernas. Esse fenômeno altera o padrão de tempo e espaço conhecidos, resultando na redução de distâncias e de escalas temporais e são esses os principais fatores da globalização que impactam a identidade cultural. Desse modo, a identidade se encontra em uma situação de mudança na modernidade tardia, como aponta Hall (2006).

O estado-nação forma uma identidade nacional no mundo moderno, mas em um mundo cada vez mais globalizado surgem as identidades fragmentadas, fluídas e sobrepostas espacialmente e temporalmente (HAESBAERT, 2013). A globalização tem como principal marca a compressão espaço-tempo ao nível global. Dessa forma, os fenômenos que ocorrem em um lugar do globo impactam, quase que imediatamente, locais distantes. No campo da identidade as variáveis espaço e tempo possuem um papel essencial nos sistemas de representação, por isso a globalização consegue afetar diretamente as identidades culturais (HALL, 2006). No cenário de globalização produzem-se duas possibilidades para a cultura, de acordo com Brum Neto e Bezzi (2008): a homogeneização (aldeia global) ou a afirmação da diversidade global, retomando o embate anteriormente expresso entre o universal (civilização) versus a diversidade (cultura), ou talvez, a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade.

Deve-se reforçar que a cultura não é algo estático, parado no tempo, mas um conjunto dinâmico que está em processo constante de construção, desconstrução e reconstrução. Então, os elementos que compõem uma determinada cultura se originam de distintas matrizes no espaço e no tempo, o contato entre as culturas, amplificado pela globalização, produzem culturas mistas em níveis distintos, não sendo possível a existência de culturas “puras” versus “mestiças” (CUCHE, 2002).

Por outro lado, Hall (2006) apresenta três consequências para a identidade cultural decorrente da globalização, sendo elas:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global". As identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades — híbridas — estão tomando seu lugar. (HALL, 2006, p. 69).

A globalização produz um atrito entre o global e o local em relação às identidades culturais. As tradicionais identidades nacionais expressam o vínculo e o pertencimento a um lugar, símbolos e histórias, podendo ser considerado uma maneira particular de identidade que esteve sempre em tensão com identidades mais universais (HALL, 2006). A hipótese da homogeneização – aldeia global – aponta para uma situação “onde as identidades culturais mais ‘fortes’ suplantariam as mais ‘fracas’, devido ao poder de influência, assim seriam englobadas, fazendo parte de um conjunto cultural maior e mais homogêneo” (BRUM NETO, 2007, p. 36). Então, as identidades nacionais seriam reduzidas pelo avanço da identidade global.

Por outro lado, o local ressurgiu no mundo global pelo enaltecimento da diferença com a comercialização da cultura e da alteridade. O avanço do global ressuscita a relevância do local, pelo interesse de explorar a distinção do local acompanhada pela estratégia de produção de “nichos” de mercado (HALL, 2006). Isso posto, há a valorização da diferença, em um cenário que o global não irá dominar o local. A significativa padronização e homogeneização gera esse movimento que objetiva encontrar as origens e essências culturais (BRUM NETO, 2007).

Verifica-se que o processo de homogeneização impulsiona e valoriza a heterogeneidade. Além disso, deve-se considerar que a globalização não ocorre igualmente no mundo, pois, a mesma se distribui desigualmente entre regiões e estratos populacionais, como por fim, Hall (2006) afirma haver:

A tendência em direção à “homogeneização global”, pois, tem seu paralelo num poderoso revival da “etnia”, algumas vezes de variedades mais híbridas ou simbólicas, mas também frequentemente das variedades exclusivas ou “essencialistas” mencionadas anteriormente (HALL, 2006, p.95).

A redução do espaço pelo tempo causada pelo avanço técnico-científico produz também espaços mesclados e culturalmente híbridos. Desses novos espaços globais emergem as identidades globais, as identidades de resistência e as identidades pluriculturais (local e global) (HAESBAERT, 2011).



Com o avanço da globalização e o crescimento da conexão entre os lugares, propiciada principalmente pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, surgem debates a respeito da cultura de massa, produzida pela mídia e que estaria atrelada, principalmente, a dimensão do consumo de bens materiais ou imateriais (CUCHE, 2002). A consequência desse processo seria um certo grau de nivelamento cultural entre grupos sociais, por compartilharem os mesmos hábitos apresentados pelos meios de comunicação, produzindo uma certa alienação cultural pela mídia. Nesse sentido, Hall (2006, p.74) apresenta uma reflexão interessante sobre a temática:

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2006, p.74).

Assim, os países do “Terceiro Mundo” recebem imagens e mensagens da cultura Ocidental por meio da TV, rádio e Internet, que as conectam a “aldeia global” (HALL, 2006). No entanto, Cucho (2002) indica que o indivíduo não absorve passivamente as informações transmitidas pelos canais de comunicação, pois cada indivíduo irá utilizar a sua bagagem cultural para assimilar e reinterpretar o dado novo que recebe. Dessa maneira, uma informação disseminada em escala mundial obterá distintas recepções e interpretações nas diferentes escalas locais, pois, as individualidades culturais de cada grupo impedem que a recepção seja homogênea.

Ademais, outro processo que acompanha a globalização é a desterritorialização (simbólica ou material), pois na construção de uma sociedade global há um desenraizamento em distintas dimensões, inclusive na identitária (HAESBAERT, 2011). Na desterritorialização há a destruição dos territórios, mas a reterritorialização (reconstrução) se faz presente também. Dessa forma, há uma reformulação das identidades territoriais, que não se tratam só de “ter” (concreto) mas de “ser” (simbólico) (HAESBAERT, 2011). Comumente a reterritorialização representa um recomeço em um novo espaço. Nesse processo há a semelhança em relação ao original, que representa a bagagem simbólico-cultural de um grupo e há também a diferença em relação ao original, que representa as novas relações com o ambiente e com os grupos sociais ali presentes. Dessa forma, a reterritorialização exprime uma renovação de valores e hábitos que serão impressos no novo território, com a materialização de novos códigos culturais na paisagem (FRANZ, 2020).

Outro aspecto interessante no campo da desterritorialização e da reterritorialização refere-se ao processo migratório. Com a globalização as migrações se intensificaram por conta da divulgação, pela mídia, de oportunidades e melhores condições econômicas, que acabam por atrair migrantes (BRUM NETO, 2007). A partir disso surgem as identidades pós-modernas e as transterritoriais, que se originam pela mistura de identidades e pelo transporte de territorialidades – carregadas por migrantes (HAESBAERT, 2013). Nesse novo mundo globalizado a identidade intensifica a sua dinamicidade, o espaço se contrai e novas formas de se relacionar com o espaço surgem.

Para finalizar a discussão referente ao efeito da globalização sobre as identidades culturais deve-se considerar que a mesma está acompanhada da valorização das identidades locais e que a globalização é desigual e possui a sua “geometria do poder” (HALL, 2006). Brum Neto (2007) destaca que a busca de uma imagem global de homogeneização não se concretiza por completo, visto que a homogeneização leva a destacar o individual. A valorização pela diferença, em contraponto ao homogêneo, se associa a interesses de mercantilização da cultura, no qual há uma valorização do local e de seus códigos culturais, de que a globalização também se aproveita, realizando a conexão entre o local e o global (FRANZ, 2020). O reviver de movimentos nacionalistas e a valorização dos singularismos culturais, conectados a globalização, aponta para o trilhar de um caminho inesperado no mundo global (HALL, 2006).

A discussão acerca da homogeneidade (aldeia global) causada pela globalização e sua simultânea valorização da heterogeneidade (local) remete ao embate civilização (unidade) e cultura (diversidade) relacionadas as origens do termo na França e Alemanha, respectivamente. Nota-se que uma ação que caminha em direção a uniformidade receberá uma reação que busca valorizar o particular e suas características, visando a sua manutenção. Desta feita, o embate antigo ainda se faz presente, mas com nova roupagem. Ressalta-se também o caráter subjetivo do cultural, no qual cada sujeito e grupo recebe de forma distinta a mesma informação, não sendo possível atingir uma homogeneidade cultural na totalidade.

Por outro lado, podemos repensar sobre a importância do espaço concreto para a manutenção da identidade cultural, pois a globalização abala tais referenciais físicos. Na pandemia do Covid-19 diversos grupos sociais passaram a se encontrar por intermédio de espaços virtuais, por conta da necessidade de isolamento social. Dessa forma, a conexão entre os indivíduos ocorreu virtualmente, e os mesmos se reconheceram por estarem passando pela mesma situação, no qual um laço virtual se concretiza no real, fazendo com que o grupo, a cultura e a identidade se mantenham, mesmo que em novas formas de se perceber os espaços.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra cultura evoluiu de forma distinta na França e na Alemanha e isso evidenciou os conflitos geopolíticos entre os países, mas também a sua distinta relação com o seu espaço geográfico. Essa discussão gera também o embate entre a civilização (universal) de um país consolidado *versus* a cultura (particular) de um país que busca construir a sua identidade nacional e a consolidação espacial. Dessa distinção que evoluiu o conceito de cultura, no qual a óptica do particular e da diversidade obteve maior destaque.

Com essa evolução conceitual a cultura passa a ser compreendida como um conjunto de crenças e valores que vão guiar as práticas de um grupo social através de símbolos que os distinguem dos demais. Esses símbolos são os códigos culturais, que podem ser de cunho material ou imaterial, e eles são responsáveis pela expressão visual da cultura no espaço. A materialização dos elementos culturais no espaço e o reconhecimento desses como pertencentes a um determinado grupo social configuram a formação de uma determinada identidade. A partir disso percebe-se a relação entre a cultura, os seus códigos e a identidade cultural.

A cultura se materializa no espaço através dos códigos culturais, sejam eles casas, roupas, festas, dentre outros, no qual a identidade territorial será produzida através da associação, do reconhecimento desses elementos culturais no espaço, que tornam um grupo social diferente do outro e o afirma. Então, é através da alteridade em relação ao outro, produzida pelos códigos culturais, que um grupo social pode se reconhecer e se distinguir. A decodificação dos símbolos e elementos culturais permite entender como a cultura é, e como a mesma é expressa espacialmente. As manifestações culturais possibilitam a compreensão dos códigos que são repletos de significados para o grupo social que o produziu.

Nesta perspectiva, a reflexão sobre a relação entre cultura-identidade-código-espaço se cristaliza através da **identidade territorial**, onde a identificação não ocorre somente através da materialização dos códigos culturais, mas está estritamente conectada a um território (com valor histórico e simbólico para um grupo social), e pelas **paisagens culturais**, que se originam pela materialização dos códigos no espaço. Dessa forma, as culturas se materializam e organizam o espaço geográfico diferentemente, o que exprime relações distintas com o espaço, que os tornam pertencentes. Dessa forma, o espaço geográfico assume um papel fundamental na construção da identidade de um grupo.

Conclui-se que o espaço geográfico possui um papel importante nas questões culturais e identitárias. No entanto, no mundo pós-moderno a globalização vem alterando os referenciais conhecidos de espaço e tempo, o que atinge diretamente a cultura e as identidades. A questão da globalização da cultura aponta para um debate interessante que se divide entre a homogeneização e a valorização da diversidade. Cabe lembrar que as identidades culturais não são fixas, elas se adaptam e mudam. Assim, acredita-se que tudo pode ocorrer na cultura globalizante, tanto a busca pela cultura universal – aldeia global –, como a busca pelo particular – crescimento de movimentos nacionalistas –, mas também a mescla entre culturas e a sua reinvenção em novos espaços.

A partir disso, se evidencia a importância de estudos culturais dentro da ciência geográfica que permitem compreender as diferentes paisagens e territórios em escala global, regional e local. A partir de diferentes categorias de análise (paisagem e território) pode-se observar distintas dimensões e interpretações do espaço e da cultura, no qual a união pode levar a uma geografia “una e múltipla” como reflete Suertegaray (2005), pois é a partir da identidade territorial e da paisagem cultural resultante da materialização dos códigos culturais no espaço geográfico que o próprio espaço geográfico pode ser diferenciado entre si. Assim, a cultura influencia o espaço e o espaço influencia a cultura, em um círculo de construção e diferenciação de espaços e culturas.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Aportes teóricos e percursos epistemológicos da Geografia Cultural. **Revista Geonordeste**. v. 19, n.1, p.33-54, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2475> . Acesso em: 21 out. 2021.

- BRUM NETO, H. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no rio grande do sul e sua manifestação na paisagem gaúcha.** 2007, 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Santa Maria: UFSM. 2007. <https://doi.org/10.14393/SN-v20-2008-9443>
- BRUM NETO, H.; BEZZI, M. L. A materialização da cultura no espaço: os códigos culturais e os processos de identificação. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 253-267, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3061>. Acesso em: 21 out. 2021.
- CAETANO, J. N.; BEZZI, M. L. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 453-456, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/13321>. Acesso em: 25 out. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000300007>
- CLAVAL, P. Nascimento e primeiros desenvolvimentos. In: CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. 3. Ed. Florianópolis: UFSC, 2007. P. 19-40.
- CORRÊA, R. L. de. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 15-47.
- COSGROVE, D.E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.p. 135-146.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. Ed. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- DUARTE, T. S. A Construção das Identidades Territoriais na Fronteira Sul do Brasil **Geographia Meridionalis**, v. 2, n. 1, p. 04-19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/7775>. Acesso em: 10 nov. 2021. <https://doi.org/10.15210/gm.v2i1.7775>
- FRANZ, J. C. **Imigração e colonização alemã no Vale do Taquari/RS: as discontinuidades e as continuidades do processo de identificação territorial.** 2020, 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Santa Maria: UFSM. 2020.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 233-244.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 165-206.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HOLZER, W. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, v. 5, n. 10, p. 113-123, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458>. Acesso em: 22 jun. 2022. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2003.v5i10.a13458>
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- NOGUEIRA, A. R. B. Lugar como representação das existências. In: HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 83-89.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 5, 1997.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 77-116.
- SUERTEGARAY, D. M. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, 2005. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Recebido em: 06/05/2022

Aceito para publicação em: 26/07/2022